

A B C D E

F G H I J

K L M N Ñ

O P Q R S

T U V W X

Y Z

Glossário sobre Religião e Política

ETROS
CRUCES

Experiências
Espiritualidades
Saberes

Colaboradores e criadores do glossário:

Elizabeth Aylwin

Jano D'Amico

Loreto Massicot

Ely Orrego-Torres

Nicolás Panotto

Karina Ramos

Natalia Torres

Arianne van Andel

Coordenação e revisão final:

Ely Orrego-Torres

Tradução para o português:

Bruna David

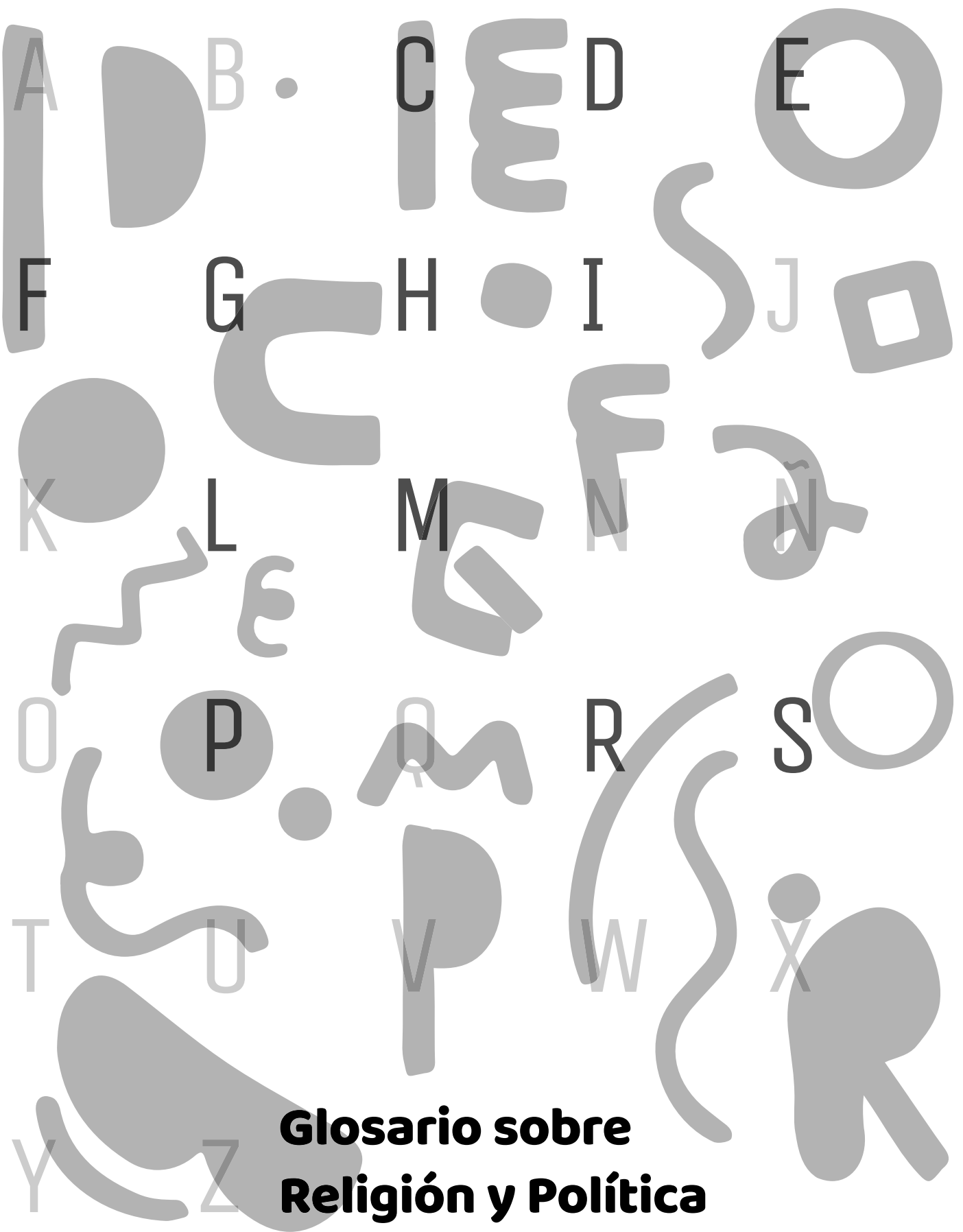
Edição em português:

Humberto R. Oliveira Jr

Edição de estilo:

Una Media Ediciones

@unamediaediciones



**Glosario sobre
Religión y Política**



Este trabalho é o resultado de uma necessidade que, como *Otros Cruces*, percebemos ao abordar questões que entrelaçam conceitos sobre religião e política. Durante nosso trabalho com organizações da sociedade civil organizada, vimos que não há clareza sobre certas definições básicas de conceitos complexos, no campo das crenças religiosas, que todos e todas nós ouvimos ou temos familiaridade. Da mesma forma, dentro das comunidades e espaços religiosos, alguns termos relacionados ao mundo político e social são usados de forma imprecisa, sem a compreensão de suas nuances e complexidades. O objetivo desse glossário, portanto, é introduzir conceitos relevantes sobre religiões, crenças e espiritualidades no espaço público, de forma acessível às cidadãs e cidadãos, à sociedade civil organizada e aos espaços religiosos.

Apesar da nossa intenção pedagógica de disponibilizar um conjunto de definições de forma clara, breve e acessível, vale ressaltar que, como qualquer conceito, essas ideias estão constantemente sendo modificadas, atualizadas e contextualizadas. Por essa razão, não procuramos estabelecê-las como

verdades absolutas ou ideias estritas. Em vez disso, consideramos que cada conceito é flexível e que seu escopo dependerá do espaço em que está imerso. Dessa forma, para exemplificar e facilitar a compreensão dos conceitos, esse glossário inclui referências aos casos da América Latina, bem como exemplos de intersecções entre fé e religiões com o político.

A metodologia utilizada foi a construção coletiva do documento. Nos reunimos repetidamente como *Otros Cruces*, incluindo a equipe permanente e quem estava fazendo estágio, para dialogar e discutir cada conceito que os diferentes membros estavam elaborando, incorporando críticas e comentários de cada participante. As reuniões de trabalho foram realizadas entre outubro e dezembro de 2020 através da plataforma digital Zoom.

P

POLÍTICA

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

O termo “política” vem do grego *politikós*, que significa “da cidadania e do Estado”.

Assim, embora tendamos a pensar na política como uma atividade exclusiva dos políticos ou realizada a partir do aparato estatal, não é o caso, pois também é uma função própria da cidadania.

Os cidadãos e cidadãs fazem política sempre que se envolvem com questões de interesse público e a tomada de decisões políticas ao seu redor. Deve-se esclarecer que isso não implica apenas a participação dos cidadãos e cidadãs em processos e instâncias formais –votos, plebiscitos, conselhos de bairro, entre outros– é também político quando se exerce pressão a partir de espaços informais, emitindo opiniões ou realizando atos públicos que buscam influenciar a ordem e normas políticas, sociais e/ou econômicas.

Ao mesmo tempo, a política não pode ser definida

separadamente *do político*.

O político, por outro lado, refere-se à convivência de uma diversidade de perspectivas presentes em toda sociedade humana. Em uma sociedade onde há pessoas que têm valores, princípios e formas diferentes de ver a realidade, sempre existirão pontos de tensão que ficarão sem concordância. A política denota essa dimensão da realidade: a pluralidade e a diversidade de perspectivas inerentes às sociedades humanas.

Portanto, a política é o conjunto de ações que buscam moldar a sociedade na dimensão do político.

Ou seja, busca responder à questão de como conviver nesse contexto de pluralidade e diversidade, e especialmente como lidar com desacordos e prevenir conflitos. Portanto, pode-se supor que nem todas as pessoas ficarão satisfeitas com uma única forma de lidar com essa realidade,



uma vez que tal pluralidade e diversidade também estão presentes nas formas de ver e fazer política, de modo que sempre haverá pressões em direções diferentes, cada uma buscando estabelecer ordens e normas que representem seus próprios valores e princípios.

Política e religião estão intimamente relacionadas. Por um lado, a religião afeta a forma de fazer política dos fiéis, com o objetivo da construção de uma sociedade de acordo com suas visões de mundo religiosas. Por outro lado, a política sempre se pronuncia sobre o campo religioso, decidindo que lugar tem na sociedade, bem como as liberdades e direitos das pessoas e organizações confessionais, entre outras.

DEMOCRACIA

A origem da palavra vem da grega *dēmokratía*, que significa “governo popular”. Certamente, a democracia é uma forma de governo em que o poder político é exercido pelos cidadãos e cidadãs de um Estado, que participam da eleição daquelas pessoas que governarão e na tomada de decisões políticas. Portanto, o único poder legítimo é o que é construído a partir da vontade dos cidadãos e cidadãs.

Cada Estado define os requisitos para exercer a cidadania e a forma como podem afirmar sua vontade. Em linhas gerais, existem dois tipos de democracia: democracia direta e democracia representativa. Por um lado, a democracia direta consiste em cidadãos exercendo o poder político através de uma assembleia que visa aprovar ou revogar leis e eleger funcionários públicos. Por outro lado, em uma democracia representativa, o poder político

D

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS

da cidadania é exercida através dos representantes escolhidos em eleições livres, periódicas e competitivas.

A democracia não é apenas uma forma de governo, mas também se refere a um conjunto de princípios que sustentam: divisão do poder, igualdade e respeito aos dos direitos humanos. Portanto, uma atitude democrática implica o reconhecimento desses princípios e, com ela, da diversidade e pluralidade das vontades presentes em todas as formas de comunidade humana. Assim, pode-se também falar da presença, ou não, de uma atitude democrática em outros contextos, além da relação entre Estado e cidadania. Por exemplo, na relação entre uma instituição de ensino e o corpo discente, entre a administração de um condomínio e os vizinhos que o habitam, ou mesmo entre membros de um grupo familiar quando são tomadas

decisões que afetam a todas as pessoas.

Democracia e religião estão relacionadas à medida em que as religiões afetam a maneira como os fiéis veem e levam suas vidas, pois são representantes da opinião pública. Dessa forma, os princípios e valores inspirados pelas religiões têm a possibilidade de serem representados, desde que estejam sujeitos a normas democráticas de respeito à diversidade, igualdade e liberdade, além de estarem abertos ao diálogo com os princípios e valores das outras pessoas. Além disso, pode-se argumentar que considerar perspectivas baseadas em diferentes visões religiosas de mundo fortalece a democracia, satisfazendo o reconhecimento igualitário da pluralidade e da diversidade de vontades.

ÉTICA

A palavra “ética” vem dos gregos *êthicos*, derivado de *êthos*, que significa “caráter” ou “pertencente ao caráter”. É uma disciplina filosófica que busca analisar o comportamento humano e as noções do bem e do mal como fatores que guiam o ser humano em sua busca pela liberdade.

A ética, então, tem uma relação próxima com a liberdade humana, ou seja, com a capacidade que homens e mulheres têm de tomar decisões e agir de acordo com nossa consciência. No entanto, ao contrário de outros seres, a liberdade do ser humano não se limita à simples escolha entre diferentes opções, mas a capacidade de selecionar os melhores meios, os mais virtuosos ou os mais morais.

Nessa realidade, afirma-se a ética, que é entendida como a base da ação humana, ou seja, o conjunto de mínimos morais –valores, princípios, hábitos e atitudes– que o

ser humano define como inalienável em relação à sua própria humanidade e dignidade. Embora seja comum que os conceitos de ética e moral sejam usados como sinônimos, há diferenças entre os dois.

O conceito de moralidade está mais intimamente relacionado aos costumes, normas e tabus que se transformam em acordos sociais e influem nas ações e julgamentos das pessoas sobre o bem e o mal. Dessa forma, podemos dizer que o respeito pela igualdade entre homens e mulheres é um princípio ético, uma vez que não está subordinado a nenhum contexto cultural, e a norma que afirma que as mulheres são as principais cuidadoras de um lar tem relação com a moralidade, uma vez que está relacionada à divisão sexual tradicional do trabalho em nossas sociedades.

A ética também é considerada a ciência da “arte



E

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS

de viver”, pois permite que o ser humano se torne o protagonista de sua liberdade, tornando-o capaz de reconhecer as razões que precedem sua decisão, fazer uso prático delas na busca de uma boa vida. No entanto, na ética contemporânea podemos encontrar três níveis de reflexão:

-A metaética: interessada na natureza e origem dos conceitos básicos de ética.

-A ética normativa: interessada em interpretar os sistemas de normas que as pessoas aderem.

-A ética aplicada: interpreta casos éticos particulares e controvérsias que possam surgir na vida real.

Em muitos casos, esses sistemas de valor têm uma origem religiosa, uma vez que as religiões oferecem uma interpretação de valores do mundo e da ação humana que guia as pessoas em seu caminho para a felicidade e realização. No entanto, o ensino religioso relacionado

a esse tema tende a se concentrar nas expressões mais concretas do comportamento originário do sistema de valores, portanto busca definir de forma descritiva a forma ideal que se expressam a vida espiritual ou a fé. Essa abordagem tem um caráter impositivo e não incorpora o aspecto dinâmico da sociedade e da cultura, por isso fornece ferramentas precárias quando se trata de orientar as pessoas em seu caminho para a liberdade e felicidade.

RELIGIÕES, CRENÇAS E ESPIRITUALIDADES

Toda pessoa acredita em algo ou várias coisas ao mesmo tempo. Acreditamos em ideologias, em histórias, nas pessoas. **As crenças religiosas distinguem-se pelo fato de responderem a uma dimensão de transcendência**, na qual o sagrado se manifesta através da existência de divindades concretas (como no caso de *religiões* monoteístas ou politeístas) ou como formas de vida (como no hinduísmo ou no budismo). Existem dois elementos que caracterizam toda a crença: símbolos (ou seja, algum ícone representativo, como a cruz no cristianismo) e rituais (que são entendidos como práticas de evocação e memória, sejam coletivas ou individuais; por exemplo, frequentar uma igreja, participar de uma peregrinação, proferir uma oração diária em um determinado momento ou ter um altar de imagens em casa).

Uma crença pode se tornar mais institucionalizada,

isso é, ter uma forma mais complexa de organização, uma hierarquia definida, rituais mais amplos e extensa adesão. Em nosso imaginário, chamamos isso de religiões, ou seja, expressões que tendem a ter uma organização mais formal, uma maior duração no tempo e um processo de mudança de grupo (a saber, o uso de ritos como meio de se juntar à comunidade religiosa particular).

Porém, se algo é característico das crenças, é que elas não são estáticas e não podem ser contidas em um marco institucional específico. As crenças são dinâmicas, **sofrem mutações de acordo com os tempos, os processos de cada grupo e as apropriações dos sujeitos**. Isso é geralmente chamado de **espiritualidade**. O termo tenta enfatizar que a vivência da fé pode ocorrer de maneiras muito diferentes do que normalmente entendemos dentro de uma religião,



R/C/E

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS



embora não necessariamente fora dela. A espiritualidade está relacionada a experiências e formas de recorrer à transcendência no dia a dia, combinadas com práticas rituais muito diversas que vão além dos ritos oficiais de uma religião (vemos, por exemplo, nas maneiras tão distintas –até antagônicas– que podemos encontrar da leitura da Bíblia, do Alcorão ou da Torá). Ao contrário do senso comum, a espiritualidade não se refere a uma experiência individualista de crenças, mas sim a uma

maneira de praticar a fé além do domínio institucional. Relaciona crenças particulares com elementos da vida cotidiana, com preocupações sociais, com uma visão mais ampla dos problemas do meio ambiente e das comunidades, com formas originais (heterodoxas, fora das normas) de gerenciar rituais ou mesmo misturar diferentes tradições ou expressões religiosas.

FÉ

Com frequência se fala da fé como a visão geral de mundo de um fiel (ou seja, a maneira como ele ou ela entende e se relaciona com a realidade) dentro do quadro particular de uma afiliação religiosa. É importante ressaltar que qualquer escolha em particular é dada em um contexto mais amplo, da história pessoal ao contexto imediato. Portanto, a fé não é apenas uma posição individual, mas sim um “marco de sentido”, em que o sujeito está localizado em um lugar da história, a partir de uma compreensão do sagrado. Em outras palavras, a fé é o conjunto de visões e experiências sobre o sagrado que servem à um fiel para ler a realidade em uma chave religiosa. A fé constrói sentidos sociais, visões políticas e formas de interagir. No entanto, nunca se está preso em suas opções específicas. Ou seja, a fé é sempre uma busca. Realça a necessidade intrínseca do ser humano de tentar entender e

dar sentido para a realidade que faz parte.

Especificamente a fé religiosa está ligada a uma dinâmica do sagrado, seja Deus, divindade, Pacha, Espírito ou outra. Essas buscas sempre serão retiradas de discursos específicos que conhecemos (neste caso, religiosos e teológicos), embora nenhum deles esgotará completamente a fé. Por tudo isso, a fé é uma dimensão constitutiva do ser humano, que se caracteriza por estar sempre em movimento, pedindo, apelando para a realidade e onde cada resposta que encontrar será temporária, na medida em que novas perguntas, interesses, preocupações e demandas nascem para serem respondidas a partir de nossas crenças. Assim, a fé é sempre um salto ou uma aposta contra o desconhecido.

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

E

ESTADO

A palavra “Estado” cria confusão. Em geral, tende a ser considerado sinônimo de país, governo, nação ou burocracia. No entanto, o Estado está muito próximo de nós porque **é a forma de organização política de grupos humanos que vivem em um território sob autoridade e tem três elementos principais: i. população**, que corresponde ao conjunto de pessoas que habitam o Estado; **ii. território**, que é o espaço físico onde a população vive, e **iii. poder político**, que pode ser entendido como a organização da população e do território. Não deve ser confundido com a nação, que é um conceito cultural referente ao conjunto de pessoas que têm em comum uma língua, uma história, uma cultura e um conjunto de tradições. Portanto, um Estado pode ser plurinacional, como a Bolívia, e reconhecer a existência de várias nações em seu interior.

Os Estados são uma

invenção recente da humanidade. Eles surgiram em 1648 com a assinatura da Paz da Vestfália, que pôs fim às guerras europeias de religião e originou uma nova forma de organização dos territórios. Assim, o Estado é uma criação de filósofos europeus que durante séculos refletiram sobre uma forma organizacional ideal que equilibraria a soberania do povo com a legitimidade do poder de seus representantes (que, em sua versão democrática, são as autoridades eleitas através do voto).

Aprofundando suas definições, cada Estado tem três poderes: **poder legislativo**, que toma forma no Congresso e/ou no Senado e é responsável pela elaboração das leis que “comandam” o Estado; **poder executivo**, que administra o Estado e é exercido por um presidente ou presidenta ou primeiro(a)-ministro(a) juntamente com seus ministros e ministras; e **poder**

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS



judiciário, encarregado de fazer cumprir a lei que é especificada nos tribunais de justiça. O Estado é permanente, o que significa que não muda quando elegemos novas autoridades por meio do sufrágio.

Embora seja a forma de organização que prevalece até hoje no mundo, o Estado tem sido criticado historicamente porque, em nome dos Estados, especialmente europeus, muitos territórios da América, Ásia e África foram violentamente

colonizados. Ainda hoje, apesar de o Estado ser um espaço político que aspira agrupar e representar todos os setores da sociedade –incluindo comunidades religiosas e organizações baseadas na fé–, é desafiado por múltiplos atores que não se sentem representados por sua autoridade. Organizações nacionais, internacionais e transnacionais da sociedade civil, bem como movimentos sociais, desafiam o Estado como seu legítimo representante. No século XXI, existe

o questionamento se Estado é o “ator protagonista” das relações internacionais, argumentando que teria sido deslocado por movimentos da sociedade civil e por uma elite financeira e empresarial, ambos de alcance transnacional.

Finalmente, sobre o elo do Estado com o religioso, até o século XIX prevaleceu os chamados “Estados confessionais” em que a Igreja (majoritariamente católica se pensarmos que o Estado é uma invenção ocidental) e o Estado estavam intimamente relacionados. Então, no século XIX, impulsionado pelos chamados “governos liberais”, ocorreu um processo de secularização, tanto na Europa quanto na América, que resultou na separação entre o poder da Igreja e do Estado. A partir disso, supõe-se que o comportamento dos cidadãos não é regido pelos mandatos morais da Igreja, mas pelo poder civil do Estado. No

entanto, a religião continua a desempenhar um papel muito importante, pois as autoridades e as pessoas que dão vida ao Estado professam convicções religiosas que permeiam suas decisões e ações.

GOVERNO

O governo é a autoridade que dirige, controla e administra o Estado para, em teoria, promover o bem-estar de todos os cidadãos e cidadãs. Vem da palavra grega *kubernao* que significa “pilotar um barco”. Em regimes presidenciais – como os latino-americanos – o governo é composto pelo presidente ou presidenta e suas ministras e ministros. No caso de regimes parlamentares, como os de vários países europeus, o governo é composto pelo primeiro-ministro e por todos os chefes de cada ministério. Portanto, governo e Estado são coisas totalmente diferentes: o governo é um dos três poderes do Estado, o Estado está acima do governo.

Os governos têm a tarefa de prover condições mínimas de vida para os cidadãos: educação, moradia, saúde, alimentação e garantir o cumprimento dos direitos e deveres estabelecidos na Constituição. Também são

responsáveis pela arrecadação de fundos, através de impostos, para financiamento dessas áreas.

O governo, ao contrário do Estado, tem uma duração limitada de tempo que varia de país para país. Por exemplo, no Brasil, Colômbia e Chile, o governo dura quatro anos, no Uruguai, cinco, e, na Venezuela, seis.

Em geral, e como parte do atual consenso democrático, os governos não devem se identificar publicamente com uma religião particular em detrimento das outras, uma vez que representam todos os cidadãos e cidadãs e, nesse sentido, todas as religiões como parte do pluralismo democrático. No entanto, é comum que os governos realizem certas ações que denotam sua inclinação religiosa, como a instalação de imagens religiosas no espaço público ou a alusão a referências bíblicas em seus discursos, apesar de se definirem



G

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS



como Estados laicos, o que tem levantado diversas controvérsias na região. Além disso, os governos interagem oficialmente com os líderes das diferentes religiões por meio de órgãos criados especificamente para esse fim, como o Escritório Nacional de Assuntos Religiosos, no Chile, ou a Direção Geral de Assuntos Religiosos, no caso do México. Também não podemos deixar de mencionar que, muitas

vezes, os interesses políticos dos governos (primeiro-ministro e seus ministros) se sobrepõem com as suas preferências religiosas particulares, fato que se manifesta na escolha de suas prioridades (questões de interesse) e na maneira como as abordam. Ao mesmo tempo, membros de comunidades religiosas e organizações baseadas na fé buscam influenciar as ações do governo.

ESTADO LAICO E LAICIDADE

O Estado laico, também chamado de Estado “secular”, “sem uma religião oficial” ou mesmo um “estado neutro”, é um conceito carregado de atributos de como o Estado deve ser em termos de sua afiliação religiosa –ou a ausência dela– em busca da chamada “neutralidade”. Tal “neutralidade” pressupõe que o Estado não deve ter preferências ou inclinações que beneficiem uma religião, crença ou espiritualidade em detrimento de outra ou de outras. A laicidade, por sua vez, é considerada um dos atributos do Estado laico e um dos pilares da história moderna, uma vez que vê a religião como um adversário e como um impedimento para o desenvolvimento da modernidade e da ciência. É por isso que a laicidade tem como sua principal característica a separação entre igreja e Estado, a exclusão da religião das esferas de poder e autoridade, a

privatização da religião, o declínio da filiação à igreja e um potencial abandono das crenças religiosas pelas pessoas (e, conseqüentemente, o desaparecimento das crenças). O discurso que motiva a laicidade, como a exclusão do religioso do âmbito político, é influenciado pela ideia de que o religioso é irracional, antidemocrático e violento, portanto, o laico ou secular está associado ao domínio da autoridade pública, ao bom senso, aos argumentos racionais, à justiça, à tolerância e ao interesse público. Portanto, é questionável se os Estados laicos são de fato “neutros”, devido ao seu conceito de laicidade que, em muitas ocasiões, é depreciativo com as crenças individuais e as religiões. No entanto, mesmo que os Estados se declarem “neutros” ou “ateus”¹, é

1 Em alguns casos, o senso de “antirreligioso” se aplica e



E

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS

complexo fazer essa determinação. Os Estados podem ser laicos legalmente (e até mesmo ter isso nas Constituições), mas, na prática, demonstrar adesão a alguma religião dominante por causa de sua história, ou podem tomar uma posição negativa em relação ao papel da religião na dimensão pública. Como exemplo do primeiro caso, na América Latina são privilegiados atores e discursos cristãos (principalmente católicos e evangélicos) e, por isso, estão em evidência no espaço público. Portanto, quando uma religião é dominante, outras espiritualidades não têm lugar. Nesses casos, o Estado laico falha e gera discriminação contra essas espiritualidades não dominantes. Isso é evidenciado no uso de símbolos religiosos em instituições

o ateísmo é uma maneira de interpretar a suposta neutralidade do Estado.

públicas ou na celebração de cerimônias cristãs que excluem a espiritualidade nativa/indígena. Como exemplo do segundo caso, a existência de concepções negativas em relação às religiões exclui qualquer voz religiosa e discurso que possa prejudicar a aparência “neutra” do Estado. Nesse sentido, há uma aversão aos atores religiosos e a contribuição que eles podem dar à esfera pública é subestimada, por isso são dispensados. Falar de Estado laico em nosso contexto implica ressignificar o papel das religiões, mas também entender que o Estado deve garantir o princípio da pluralidade. As religiões, neste caso, podem contribuir para o debate no espaço público, mas também devem ser asseguradas a igualdade, a liberdade e o respeito pela diversidade de vozes. Por outro lado, os Estados, ao aplicar o princípio da pluralidade e se declararem laicos,

SECULARIDADE

não devem privilegiar visões religiosas dominantes ou expressar aversão ao campo religioso. Além disso, no caso específico da América Latina, deve-se considerar a excepcionalidade da região, que apesar da influência cristã da colonização, é caracterizada por um sincretismo religioso que inclui espiritualidades indígenas/originárias e afrodescendentes.

É um processo dos tempos modernos, iniciado com a Paz da Vestfália (1648)², devido à construção de Estados soberanos e o fim de uma série de guerras religiosas na Europa. Com esse novo cenário, a ideologia chamada de “secular” começa a se estabelecer nos debates nacionais do contexto europeu através de teorias de secularização promovidas por pensadores que propuseram a separação entre Igreja e Estado e afirmaram o declínio do religioso na esfera pública, relegando a religião a um plano meramente privado na vida das pessoas. Também defenderam o conceito de modernidade, que aspirava não só à separação das

² Denomina-se Paz da Vestfália os acordos de paz que foram assinados pelas potências europeias da época para acabar com uma série de conflitos e guerras por razões religiosas.

S

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

esferas política e religiosa, mas também ao papel da ciência e da razão como discursos predominantes e possuidores da verdade. Com isso, iniciou-se um processo de crescente irrelevância da ação religiosa no espaço público, devido ao discurso científico que, aparentemente, fornecia todas as respostas para perguntas relevantes e que assegurava que Deus não era necessário. No entanto, essas respostas ainda são religiosas.

Embora o processo de secularização seja considerado um dos principais legados da história ocidental moderna, essas teorias, por um lado, demonstram uma falha na categorização do papel do religioso no espaço público, pois a isolam e classificam como uma mera questão privada; por outro lado, a herança “secular” do Ocidente tem sido assumida como uma história assimilada pelo resto das nações.

A história após a Paz

da Vestfália confirma que não houve declínio do religioso na esfera pública, especialmente em termos de influência dos discursos e atores religiosos na formação de políticas públicas e do campo político. Da mesma forma, a chamada separação entre Igreja e Estado tem sido bastante simbólica, porque, embora os Estados se declarem “laicos”, continuam a promover discursos em favor de uma religião ou pensamento religioso.

No entanto, é discutível se o processo de “secularização” se desenvolveu de forma homogênea a nível global.

Embora tenha começado na Europa e expandido para o resto do mundo como virtude da modernidade e do avanço do desenvolvimento dos Estados, esse processo implica em um discurso dominante e hegemônico sobre qual é o papel da religião nos tempos modernos e contemporâneos. Na América Latina, por

exemplo, a secularização tem início junto aos processos de independência no século XIX e a construção de repúblicas posteriores a colonização espanhola e a portuguesa. Embora existam padrões semelhantes na região, como as influências do pensamento liberal na discussão do Estado laico, estes não se repetem (como no caso da Europa e da América do Norte). Da mesma forma, a discussão da secularização em lugares como África, Ásia e Oriente Médio assume outras nuances por causa dos seus contextos. Por exemplo, não é o mesmo falar de secularização na Índia (com maioria hindu), França (autointitulada “secular”, mas com uma diversidade religiosa única na Europa) e Estados Unidos (com uma influência cristã baseada em valores “protestantes”). Assim, não se pode falar de um “processo de secularização” como um processo universal aplicável a todas

as culturas. Pelo contrário, é relevante considerar os contextos em que o termo “secular” se tornou uma ideologia predominante ou não e quais são suas implicações para o debate sobre o religioso no espaço público.

D

DIREITOS HUMANOS

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

Falamos dos direitos humanos como referência aos direitos fundamentais das pessoas, aqueles direitos que surgem de sua condição como seres dignos, ou seja, possuindo um valor em si mesmos, de modo que, devido à sua condição de seres livres, dotados de razão e consciência, não podem ser tratados como objetos. Esses direitos pertencem ao ser humano e são imprescritíveis e inalienáveis, ou seja, não podem ser perdidos, suspensos ou cedidos sob qualquer condição, seja raça, classe social, gênero, cor, linguagem, religião ou opinião política.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco fundamental em nossa história. Ela surge como consequência das brutalidades cometidas ao longo da Segunda Guerra Mundial e visa proteger homens e mulheres, independentemente das condições em que vivem ou nasceram. Esta declaração

foi proclamada em Paris pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948 e foi adotada pelos países membros em um compromisso de trabalharem juntos na promoção dos trinta artigos que a constituem. Consiste em uma série de garantias legais essenciais que buscam proteger a condição humana e suas liberdades fundamentais de forma universal, gerando um padrão comum para todas as nações, de modo que, se seu país tiver assinado esta declaração, sua proteção pode ser reivindicada a nível nacional –nos tribunais do país– bem como a nível internacional, através da Corte Interamericana de Direitos Humanos (para o caso latino-americano).

Como conjunto, podemos organizá-los em categorias de direitos dependentes uns dos outros, de modo que eles não podem ser divididos (eles são indivisíveis) ou reduzidos (eles são

irredutíveis) a qualquer outra forma. Essas categorias são:

a) Direitos civis e políticos.

Por exemplo, ter cidadania, exercer o sufrágio, ter cargos públicos etc. No caso dos direitos civis, também encontramos o direito à liberdade de consciência e religião. É de extrema importância, pois protege todas as pessoas de qualquer discriminação que tenha origem nas religiões e está comprometida em eliminar todas as formas de intolerância religiosa e proteger a liberdade das pessoas nesta área.

b) Direitos econômicos, sociais e culturais, como direito ao trabalho, educação, saúde, cidade, entre outros.

c) Direitos coletivos ou dos povos, como o direito à autodeterminação dos povos, a paz e um ambiente saudável. Eles também são chamados de “direitos de terceira geração” e se distinguem de outros, pois complementam a perspectiva dos direitos individuais,

determinando que grupos específicos de pessoas, como mulheres, comunidade LGBTIQ+, povos originários/indígenas, entre outros, também possam exercer e exigir direitos comuns como parte de um coletivo.

Hoje, a luta pela proteção dos direitos humanos continua. Organizações como a *Human Rights Watch* indicaram que em mais de 100 estados e territórios ao redor do mundo, os direitos de liberdade de expressão, religião ou igualdade de direitos para homens e mulheres continuam a ser violados. A proteção dos direitos humanos por parte dos Estados continua sendo um dos maiores obstáculos para resguardar dos direitos das mulheres, migrantes, refugiados e pessoas LGBTIQ+. É por isso que as organizações civis e seu trabalho na proteção dos direitos humanos continuam a ser tão importantes ao redor do mundo todo.

LIBERDADE RELIGIOSA

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

A liberdade religiosa é o direito fundamental para qualquer pessoa ou grupo acreditar, agir, mudar e expressar sua religião ou crença, ou sua falta dela, livremente e com a garantia de que isso não os prejudique em outras dimensões de suas vidas. Esse direito é reconhecido internacionalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e na Convenção Europeia sobre Direitos Humanos. As únicas limitações legítimas a esse direito são aquelas necessárias para proteger o bem-estar e os direitos fundamentais de outros indivíduos e grupos humanos. Ou seja, o direito à liberdade religiosa é interdependente do resto dos direitos fundamentais, bem como é enquadrado na busca do bem comum e no respeito

e reconhecimento da pluralidade das religiões, crenças e estilos de vida.

É importante destacar que os direitos de liberdade de consciência e liberdade de expressão como sendo os que sustentam a liberdade de religião e culto. A liberdade religiosa surge da liberdade de consciência, que é o direito de cada pessoa assumir, manter ou mudar qualquer pensamento, opinião, ideologia ou crença. A liberdade de consciência refere-se e protege convicções pessoais, entre elas, as religiosas. No entanto, a liberdade religiosa vai além dela, uma vez que inclui também a liberdade de expressar religião ou crença espiritual de maneira individual e coletiva, em público ou privado. Assim, a liberdade religiosa também está relacionada à liberdade de expressão e pensamento, que é o livre arbítrio para formular suas opiniões, buscar, receber e disseminar

informações e ideias de todos os tipos, sem medo de censura ou sanções. Ou seja, a liberdade religiosa implica a capacidade de expressar suas crenças em um contexto de reconhecimento e respeito da pluralidade e diversidade de perspectivas presentes na sociedade e de criar espaços de diálogo.

A liberdade religiosa refere-se tanto a uma liberdade negativa quanto positiva. Por um lado, considera o direito de estar livre de todas as formas de interferência, coerção, censura e/ou preconceito na escolha prática ou não de uma religião; esta é a liberdade negativa. Por outro lado, inclui também a liberdade individual e coletiva de viver efetivamente de acordo com suas próprias convicções religiosas, o que seria uma liberdade positiva. A diferença entre os dois é que a liberdade positiva não é satisfeita simplesmente por ter um espaço protegido,

mas também exige que as pessoas possam se relacionar e contribuir para a sociedade a partir de sua fé, porque, para os fiéis, a religião não é separada de outras áreas de sua vida, pois nela é construída sua maneira de ver a realidade. Portanto, o direito à liberdade religiosa também deve ser entendido como a capacidade de indivíduos e grupos religiosos fazerem parte da construção de suas sociedades a partir de suas convicções religiosas, com a mesma exceção feita anteriormente: desde que esteja alinhada com a promoção e proteção do bem comum, respeito e reconhecimento das outras e outros.

F

FUNDAMENTALISMOS

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

O termo “fundamentalismo” começou a ser usado no início do século XX, em torno de um conjunto de livretos teológicos que foram publicados entre 1910 e 1915 por alguns grupos evangélicos americanos e eram chamados *The Fundamentals*. Esse material nasceu no contexto de uma disputa no campo cristão com as chamadas “teologias liberais”, que nasceram no século XIX no cristianismo europeu, e que provocaram uma reação nos setores tradicionais ao questionar alguns elementos básicos do dogma cristão.

Essa época também se caracteriza pelos processos que ocorreram desde a expansão do comunismo, que também despertou resistência de vozes políticas e religiosas conservadoras.

Com o tempo, o termo assumiu um significado próprio e foi direcionado para outras vozes religiosas de forma negativa, como no Islã, e até mesmo para

visões políticas específicas. Em termos gerais, podemos dizer que os fundamentalismos se referem a: 1) posições religiosas particulares que não admitem a legitimidade dos outros, 2) que interpretam textos sagrados literalmente, rejeitando qualquer possibilidade de interpretação diferente, 3) de uma visão conservadora e moralista da sociedade, relacionamentos e sexualidade, 4) que não possibilita o diálogo com outros grupos; 5) em alguns casos, vemos uma pretensão de verdade absoluta na qual o uso da violência é legitimado para impor sua perspectiva e anular a oposição.

Na América Latina, o fundamentalismo religioso possui vários aspectos, embora, em sua maioria, com abordagem cristã. O movimento missionário fundamentalista americano estabeleceu bases em vários países da região através de igrejas, redes e organizações

CIDADANIA

baseadas na fé. Alguns deles alcançaram visibilidade pública e política, especialmente no questionamento de visões políticas críticas (sob o rótulo de “comunismo”) ou de movimentos sociais para os direitos humanos, para citar dois exemplos. Também existem igrejas e denominações locais –tanto fundamentalistas evangélicas quanto católicas– que nos últimos tempos conseguiram promover suas perspectivas por diversos meios, principalmente sua oposição a políticas públicas inclusivas, educação sexual e formas alternativas de configuração de núcleos familiares, entre outros.

O conceito de “cidadania” busca descrever a relação que existe entre o Estado e os indivíduos **que nascem ou habitam seu território, ou seja, visa definir quem pertence a uma comunidade política e quais critérios determinarão esse pertencimento, com o objetivo de proteger a participação igualitária na vida da nação.** A cidadania é um pilar fundamental para o exercício dos Direitos Humanos, pois permite um correto desenvolvimento da democracia ao facilitar a participação em questões públicas, concedendo direito ao voto, a possibilidade de ocupar cargos públicos e acesso a direitos sociais como saúde, educação, entre outros. Por essa razão, não pode ser negada de maneira arbitrária.

Em nossas sociedades globais, a migração tornou-se uma possibilidade real para muitas pessoas ao redor do mundo, contribuindo



POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

para a multiplicação de redes globais de informação e interação e fortalecendo a ideia de uma “cidadania do mundo”, na qual o pertencimento a uma comunidade política não dependeria exclusivamente do território que se habita. Essa realidade, na qual a cidadania transcende o lugar do nascimento, questiona as visões mais nacionalistas do conceito e nos permite observar que o desenvolvimento e os conflitos em nossas sociedades globais têm impactos além de territórios específicos.

Embora, em muitas ocasiões, os conceitos de nacionalidade (entendido como o vínculo jurídico básico que determina o pertencimento das pessoas a um Estado) e a cidadania sejam frequentemente usados indistintamente, as transformações que nossas sociedades globais têm experimentado romperam a relação entre o lugar onde se nasce ou reside e a

participação cidadã, porque, em nossos tempos, o vínculo que temos com os lugares de origem muitas vezes não depende do lugar físico em que estamos.

Atualmente, os debates pela cidadania são muito importantes, pois não é algo abstrato, mas é exercido por pessoas reais, com contextos particulares impossíveis de homogeneizar. Em um momento histórico em que nossas sociedades têm recebido novas culturas, línguas e expressões da religião, os limites que estabelecemos para nossa definição da comunidade política devem ser pluralizados para acomodar toda a diversidade de crenças religiosas e espiritualidades que se manifestam em nossos territórios.

SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil é o conjunto de organizações que nascem da participação cidadã com o objetivo de influenciar a agenda do governo (ou seja, as suas questões prioritárias) e as decisões e ações tomadas que afetam as comunidades e cidadãos e cidadãs de um território na esfera política, econômica, social e ambiental. Além de fazer parte do espaço democrático, a sociedade civil busca demandas, direitos e reconhecimento.

Dessa forma, a sociedade civil ganha vida com o exercício da participação cidadã. Essa participação é a atividade individual ou coletiva de propor, controlar e avaliar criticamente as decisões dos governantes em cada território. É a base em que surgem as demandas que devem ser aceitas pelo sistema político.

A sociedade civil, portanto, atua em benefício da comunidade e toma forma em movimentos

sociais, associações, grupos, coletivos, ONGs, sindicatos, minorias e outros que não dependem do Estado para funcionar e se organizar.

Também é composta pelas diferentes religiões organizadas, como as diferentes igrejas evangélicas, a Igreja Católica ou outras organizações baseadas na fé. Não fazem parte da sociedade civil organizações que pertencem ao mercado, ou seja, que buscam gerar ganhos econômicos e defender os interesses dos indivíduos.

Com a globalização, ou seja, com o mundo interligado graças às tecnologias da informação e da comunicação, os atores da sociedade civil ultrapassam os limites dos Estados, conectando espaços locais, nacionais e regionais em escala global, ao interagir e realizar associações e demandas coletivas, o que dá origem ao que agora é chamado de sociedade civil *global*,



S

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS

transnacional ou *mundial*.
Há também organizações internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) que, entre

seus diversos objetivos, promove as relações e a cooperação entre Estados e sociedade civil.



MOVIMENTO SOCIAL

Os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva que se caracteriza por emergir de um conflito latente na sociedade, como um governo autoritário, uma crise econômica ou o que tem sido estudado na última década: uma ruptura do vínculo entre política e os cidadãos e cidadãs, entre governantes e governados. Essa forma de ação coletiva é a expressão de novas ideias que surgem nas pessoas, de acordo com a necessidade de fazer mudanças estruturais que a sociedade apresenta, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Portanto, nascem e morrem espontaneamente, levantando e instalando novas concepções, valores e ideais, como o movimento feminista e sua luta contra o patriarcado ou o movimento ambientalista e sua luta contra a devastação ecológica. Esses exemplos ilustram um aspecto dos movimentos sociais, pois aqueles que estão ligados a

eles fazem suas exigências e lutam por sua identidade.

Hoje, e graças às tecnologias de comunicação, como internet e dispositivos móveis, as pessoas conseguem se comunicar e têm a facilidade de se organizar online para uma demanda comum, desafiando os limites dos territórios e servindo como instrumento de ação dos movimentos para coordenar ações, organizar e decidir. É nessa ocupação do espaço urbano que, tradicionalmente, os movimentos exercem seu poder de convocatória, mostram sua luta e desafiam a ordem.

Essa recuperação do espaço público também é vista como um local de exercício da democracia, uma vez que expressa um processo de reocupação dele, objetivo compartilhado por diferentes movimentos sociais.

Um exemplo de movimento social é o movimento chileno “Não + AFP”, que defende o



M

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

fim do atual sistema de pensões e propõe mudar o modelo para um sistema de distribuição. Dentro de suas convocatórias, clamaram por marchas pacíficas e familiares, cujas presenças têm sido mais ativas desde 2016. Outro exemplo de movimento social é o MEDH, ou Movimento Ecumênico para os Direitos Humanos, que é uma ONG argentina composta por membros da Igreja Católica, Evangélica e Luterana e que nasceu a partir da última ditadura no país, como forma de organização das igrejas locais na defesa dos direitos humanos. No caso do Brasil, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) são exemplos de movimentos sociais que lutam por moradia urbana e direito à terra, respectivamente.



IDEOLOGIA

A partir das diferentes disciplinas e correntes teóricas das ciências sociais e das humanidades, o conceito de ideologia tem significados diferentes. Uma delas é que são as ideias e crenças de grupos que convivem na sociedade. Se usarmos uma metáfora, pode-se dizer que as ideologias são como óculos ou lentes que usamos para olhar para a realidade, já que todos e todas temos mais de uma para entender o que está ao nosso redor. Aprendemos na escola, universidade, família e televisão; em notícias e publicidade. Uma de suas principais características é que essas ideias são incorporadas como verdadeiras –acontece com todas e todos nós, embora possamos nunca ter pensado nisso – sem perceber a existência de muitas outras formas de observar o mundo.

Há grandes conjuntos dessas ideias que são

chamadas de “dominantes” ou “hegemônicas”, que, por sua vez, abrigam outras de natureza ou magnitude menores. Exemplos de ideologia são o marxismo e o neoliberalismo. Este último é um conjunto de regras, crenças e valores que influenciam praticamente toda a vida social, pois hoje exerce um caráter “dominante”. Dessa forma, está presente na cultura, política, economia e educação. Suas crenças envolvem a concorrência entre as pessoas para vender seus produtos ou vender-se como potência de trabalho, maior importância à liberdade individual e considera o sucesso econômico e material, baseado em esforço pessoal e sacrifício, como ideal máximo de felicidade. Trata-se de uma breve ilustração de como funciona uma ideologia, pois apesar de ser um conjunto de ideias da sociedade, são os



POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS

indivíduos que as vivem em seu cotidiano, em suas práticas, escolhas e atitudes.

O lado negativo das ideologias surge quando uma delas se impõe como a única válida e verdadeira, descreditando as diferentes e alternativas formas de ver a vida. Por exemplo, uma alternativa diferente ao neoliberalismo poderia ser o ensino do valor da comunidade, solidariedade, cooperação, empatia, esforço coletivo e felicidade pela riqueza das relações que temos com outros seres humanos.

As religiões também são moldadas por ideologias e pela forma como vemos a existência e a espiritualidade.

Herdamos de nossa família, escola ou comunidade religiosa e, geralmente, não as questionamos, porque acreditamos que são verdadeiras. Mesmo dentro da mesma religião e denominação religiosa existem diferentes ideologias que se afetam e até mesmo

se opõem dentro de cada crença. Por exemplo, nas várias igrejas evangélicas, sejam protestantes, batistas, metodistas, menonitas, pentecostais ou anglicanas. No entanto, o problema com as ideologias surge quando um grupo de pessoas tenta impor seu dogma às outras pessoas sem respeitar a diversidade de crenças, chegando, nos casos mais extremos, ao fundamentalismo religioso.

GÊNERO

O conceito “gênero” nasceu no início do século XX nas ciências sociais. Já nos anos trinta, a antropóloga Margaret Mead o usou para mostrar que os papéis e comportamentos de homens e mulheres eram muito diferentes em diversas culturas. Ganhou visibilidade nos anos 70, quando filósofas como Simone de Beauvoir exploraram as distinções entre o sexo das pessoas –o corpo fisiológico com o que nascemos homens ou mulheres– e os papéis sociais que mais tarde assumimos por meio da criação ou educação. Significa que **muito do que chamamos de “masculino” ou “feminino”, em vez de biológico, é aprendido.** Por exemplo, que “um homem não chora”, que “meninas usam roupas rosas e meninos, azuis” ou que “meninos são melhores para a política e as mulheres para tarefas domésticas”. Teorias ou estudos de gênero

desenvolvem uma análise desses aspectos socioculturais, questionando a suposta “naturalidade” da nossa identidade masculina ou feminina.

As consequências políticas do conceito de gênero são pressupostas pelo movimento feminista, que sustenta que as mulheres, antes de seus papéis na sociedade (mãe, esposa, amante, entre outras), são primeiro cidadãs com plenos direitos. A partir de uma análise feminista, os “padrões de gênero” revelam um sistema social de controle e dominação sobre as mulheres. **A maneira como “devemos” ser homens ou mulheres em uma sociedade não é “neutra”: tem a ver com elementos psicológicos e relações de poder.**

Nos anos noventa, o conceito de gênero volta a ser importante em estudos sobre pessoas que não se sentem identificadas com o gênero masculino ou feminino ou o



G

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS

sexo de homem ou mulher. Movimentos de pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Trans, Bi, Intersexo, Queer, Assexuais) questionam não apenas padrões de gênero, mas também a rigidez da diferença entre sexo e gênero. Além disso, mostra-se que a concepção que temos do nosso sexo e gênero faz parte de um processo complexo na construção de nossas identidades.

Na religião, o conceito de gênero é uma importante ferramenta das teologias feministas, que analisam desigualdades entre homens e mulheres nas tradições religiosas. Essas correntes teológicas problematizam o fato de que a teologia é historicamente determinada pelos homens e que naturaliza e sacraliza relações desiguais de poder. Além disso, propõem mudanças na interpretação das narrativas tradicionais, em nossas formas de nomear o divino

e nas relações de poder nas igrejas. O conceito de “gênero” tem sido atacado por grupos conservadores através da campanha contra a chamada “Ideologia de Gênero”, partindo de uma concepção essencialista do masculino e feminino, o que significa que afirmam que as diferenças entre homens e mulheres não seriam construídas, mas dadas a partir do nosso nascimento e por natureza. Este movimento ignora as descobertas dos estudos de gênero e não reconhece a igualdade de poder entre homens e mulheres ou os direitos das pessoas que vivem sua identidade além do imaginário tradicional.

ECOLOGIA

A palavra “ecologia” tem muitos significados científicos ou filosóficos. Foi usado pela primeira vez em 1870 pelo biólogo Ernst Haeckel para indicar “o estudo das relações entre um ser vivo e seu ambiente orgânico e inorgânico”. A partir de um ramo da biologia e desde os primeiros encontros internacionais sobre meio ambiente, a ecologia está cada vez mais concentrada na influência da espécie humana em todos os sistemas de vida da natureza, chamados de “ecossistemas”. Hoje, é uma disciplina que estuda as complexas relações e dependências mútuas entre todas as formas de vida e mostra como elas se regulam em um equilíbrio frágil. A Terra é um organismo vivo e somos parte deste grande corpo, que também é conhecido como “Gaia”.

Essa visão da realidade, que vem de novas descobertas nas ciências, é uma mudança de paradigma da perspectiva da natureza

introduzida pela ciência moderna, que transformou a natureza do “sustento de nossa existência” em “meio ambiente”: um mero pano de fundo ou ambiente de nossas vidas, com recursos ilimitados e negociáveis no mercado. Nessa perspectiva mecânica e econômica, na industrialização e no crescimento da tecnologia, a espécie humana tem dominado a natureza através de um sistema extrativista que destrói ecossistemas e espécies em grande velocidade. A consequência é a atual crise ecológica e climática, evidenciada pelo esgotamento dos recursos, pela redução da biodiversidade, pelo aumento da poluição e pelo aquecimento da Terra.

A ecologia é uma crítica a essa visão antropocêntrica –ou seja, centrada no ser humano– que divide a realidade em partes e acredita que a crise é resolvida com mais tecnologia. Também



E

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADOPOLÍTICAS
PÚBLICAS



faz uma crítica às religiões que seguiram essa tendência. A chamada ecoteologia, portanto, reinterpreta os ensinamentos da teologia, ouvindo o grito da Terra e o grito dos pobres. Busca reler as narrativas da tradição cristã, começando pelas histórias sobre a origem da vida e da Criação, com um olhar voltado para a dignidade de toda a vida (não apenas humana). Assim, essa teologia mostra que as crises sociais e ecológicas são uma só. A espécie humana está condenada a desaparecer se não cuidarmos da vida que

nos sustenta. A ecologia, então, é estudada por muitos ângulos: existe a ecologia humana, ecologia social, ecologia profunda e ecologia integral. A palavra “ecologia”, em vez de “ambiente” ou “natureza”, enfatiza o fato de que, como seres humanos, somos parte da Terra: propõe um olhar biocêntrico, focado em toda a vida.

O PÚBLICO E O PRIVADO

Dividimos a sociedade civil na esfera pública e na esfera privada. O público refere-se à vida do comum (*o bios politikos*), enquanto o privado se refere à própria vida. Na esfera pública, decidimos sobre as questões que os cidadãos e cidadãs têm em comum, como educação, saúde e meio ambiente. É onde as pessoas deliberam sobre o significado e o caminho de sua convivência e decidem sobre ações coletivas. Ou seja, é um espaço plural, onde –idealmente– temos direitos iguais, embora opiniões diferentes e que temos que buscar consenso. É uma área em que a política é discutida, mas é mais ampla do que a política do governo. Quando falamos sobre a esfera privada, por outro lado, pensamos na esfera doméstica, onde temos relações com nossos pais, parceiros e parceiras ou familiares em um nível íntimo, além dos amigos. Essas duas esferas não devem ser confundidas

com espaços públicos e privados em termos de propriedade estatal.

Na história, distinguir entre o público e o privado é recente. Tal distinção tem sua origem durante o Império Romano, onde o espaço privado era propriedade de um *Pater Familias*, que governava sua esposa, filhos (as) e escravo(as), que cuidavam do espaço privado, permitindo que os *Pater Familias* trabalhassem no espaço público. Na época, o espaço privado tinha pouco a ver com “intimidade”. A separação muda de sentido no início da modernidade, no final do século XVII. Neste mesmo momento, desenvolve-se o conceito do Estado-nação e o modelo econômico do livre mercado e da propriedade privada. Portanto, cada vez mais indivíduos trabalhavam no espaço público e desempenhavam um papel nas decisões públicas da sociedade. Com a separação



P

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS

entre o público e o privado, no entanto, veio o rigoroso rebaixamento das mulheres para a esfera doméstica. Os assuntos da esfera pública, da produção política, socioeconômica e científica, ficaram sob o domínio dos homens, enquanto os da esfera privada eram “assuntos pessoais das mulheres”. As feministas sempre questionaram essa separação propondo o entendimento de que “o pessoal também é político”.

Algo semelhante acontece com a religião. Com a separação de Estado e Igreja, e com o nascimento de Estados laicos, a religião também se limitou à esfera privada, que transformou a fé em uma questão “pessoal”. Aqui vemos como o público é confundido com a política. Embora, de fato, em um Estado laico convicções religiosas não possam ser impostas à política como a única verdade, o religioso não se expressa apenas em nossas vidas privadas e

está presente na sociedade comum. As instituições religiosas são vinculadas aos movimentos políticos ou de direitos humanos. Assim como as relações de gênero, a religião deve fazer parte do debate público, pois é uma parte importante de nossas vidas e influencia a organização do bem comum. Por isso, é preciso superar a rigidez do dualismo entre o público e o privado também nessa área.

POLÍTICAS PÚBLICAS

É comum confundirmos “a política” com “as políticas”, no entanto, elas não são sinônimas. Embora a “a política” seja uma questão geral, “as políticas” são algo particular porque são responsabilidade de cada governo, que varia a cada poucos anos com a eleição de novos líderes. Portanto, as políticas públicas são a forma como o governo ordena seus objetivos e ações para resolver os problemas que, em determinado momento, os cidadãos e cidadãs e o próprio governo consideram como os mais importantes. Embora as políticas dependam das prioridades do governo da época e, portanto, não respondam a todos os problemas da sociedade, elas também podem nascer como uma resposta do governo às demandas dos movimentos sociais, impulsionadas por organizações da sociedade civil, organizações baseadas na

fé, instituições acadêmicas, organizações internacionais ou mesmo promovidas por interesses corporativos que conseguem influenciar a “agenda governamental” (entendendo a agenda como as questões prioritárias de um governo). É por isso que a literatura considera que as políticas podem surgir “de cima”, quando fazem parte do programa político do governo, ou “de baixo”, quando são impulsionadas por atores da esfera pública e/ou privada que não sejam do governo. Por exemplo, a política pública de ensino superior gratuito no Chile, que surgiu em 2011 devido à demanda do movimento estudantil, ou à nova política previdenciária na Argentina, que anulou os administradores dos fundos de aposentadoria e pensão e que também nasceu da mobilização dos cidadãos e cidadãs organizadas. O Programa Mais Médicos, iniciado no ano de 2013, que procurava suprir as



P

POLÍTICA

DEMOCRACIA

ÉTICA

RELIGIÕES, CRENÇAS
E ESPIRITUALIDADES

FÉ

ESTADO

GOVERNO

ESTADO LAICO E
LAICIDADE

SECULARIDADE

DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE
RELIGIOSA

FUNDAMENTALISMOS

CIDADANIA

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTO SOCIAL

IDEOLOGIA

GÊNERO

ECOLOGIA

O PÚBLICO E O
PRIVADO

POLÍTICAS
PÚBLICAS



necessidades mais básicas da população brasileira usuária do SUS (Sistema Único de Saúde) por meio da importação de médicos estrangeiros –especialmente cubanos. Um outro exemplo de uma política que surgiu “de cima” nos governos latino-americanos é a política de vacinas. Como políticas públicas são ações que explicitam as prioridades e valores do governo e da sociedade,

na imensa pluralidade das democracias, agentes religiosos e indivíduos inspirados em suas religiões também fazem parte do debate público e sua concretização nas políticas públicas. Um exemplo claro ocorre quando uma política pública está sendo legislada e representantes de organizações baseadas na fé vêm apresentar suas opiniões sobre a política em questão.



OTROS
CRUCES

Experiencias
Espiritualidades
Saberes